

Resenha

O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente¹, de Tony Judt (1948-2010)

Ill Fares the Land: A treatise on Our present Discontents, by Tony Judt

Ivomar Gomes Duarte²

Tony Judt, falecido em 2010, lecionava, nos últimos anos, na Universidade de Nova York, na cadeira de Estudos Europeus. Dentre suas principais obras constam os títulos: *Um Tratado Sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*; *Reflexões sobre um Século Esquecido – 1901-2000*; *Passado Imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa*; *Pós-Guerra - Uma História da Europa desde 1945*.

O mal que ronda a terra, sua última obra, foi escrito no decurso da doença que precocemente o levaria à morte e reflete, no próprio título, a identificação de algo profundamente errado no modo como pensamos e vivemos hoje em dia.

Esse mal tem como pano de fundo um rompimento do contrato social que definiu a vida em sociedade na Europa e na América do pós-guerra - garantia de segurança, estabilidade e justiça. Tudo isso foi perdendo o seu real significado, revestido agora, em muitos aspectos, apenas em meras formalidades. Questões anteriormente pertinentes sobre a bondade ou a justiça das coisas, deixaram de ser colocadas.

As crises dos anos 1980 e de 2008, diferentes entre si, alteraram de maneira significativa essa maneira de viver contemporânea. Nos anos de 1980, com a queda do Muro de Berlim, o discurso hegemônico era dado pelo Consenso de Washington – estado mínimo com privatização de empresas estatais, monetarismo, redução de impostos, desregulamentação de atividades com incentivo à livre iniciativa, focalização de políticas sociais, etc. Defender a regulamentação de mercados, universalização de políticas sociais, era algo classificado como “socializante”.

Já a crise de 2008 mostrou que o capitalismo desregulado é o seu pior inimigo. Segundo Judt, essa crise rompeu o antagonismo Estado versus Mercado, pois exigiu Estados fortes e governos intervencionistas para evitar uma “quebradeira” geral tal qual a de 1929.

¹ Tradução de Celso Nogueira

² Médico-Sanitarista. Pesquisador Associado do Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan. Doutor em Ciências do Programa de Pós-Graduação do CCD-SESSP. Contato: ivomar@butantan.gov.br

Os temas que percorrem sua obra e que permeiam os diversos capítulos são: o aumento das desigualdades, tanto entre indivíduos quanto entre regiões; a diminuição da participação cívica; e a crescente subordinação da política à economia.

Na sua *Introdução*, o autor aponta que as mudanças climáticas associadas às mudanças demográficas trarão consequências dramáticas para a humanidade e afirma acreditar que as pessoas, pressionadas, sacrificarão um pouco da liberdade em nome da segurança. A escolha não se dará mais entre Estado ou Mercado, mas entre tipos de Estado.

Tony Judt, um dos principais historiadores e pensadores contemporâneos, não somente mostra como chegamos a este momento confuso, mas defende a necessidade dos intelectuais assumirem a responsabilidade de “reconceber o papel do governo” para sairmos desta sensação de mal-estar coletivo.

Em *O modo como vivemos hoje*, subtítulo do primeiro capítulo, Judt observa que “nos EUA, Grã-Bretanha e em mais um punhado de países, as transações financeiras sobrepujaram a produção de mercadorias ou serviços como fonte de fortunas particulares, distorcendo o valor que atribuíamos a diferentes espécies de atividade econômica” (p. 23). No decorrer dos últimos trinta anos, caminhamos para a “abundância privada e miséria pública”. Houve um perceptível aumento na desigualdade nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e os estudos apontam acorrelação entre desigualdade e aumento da criminalidade e das doenças mentais, principalmente nesses dois países.

Com o subtítulo *Sentimentos corrompidos*, o autor retrata a construção do *Estado de Bem-Estar Social* na Grã-Bretanha desde a Lei dos Pobres de 1834, bem como o período de sucesso da *social democracia* no pós-guerra. Aponta que os governos Thatcher e Reagan conseguiram produzir o maior estrago e impor retrocessos nos *Estados de Bem Estar-Social* da Grã-Bretanha e nas políticas públicas do *Welfare State* nos EUA.

Em *O economicismo e seus descontentamentos*, Judt aponta e lamenta que a economia esteja subjugando a política. Acredita que o mercado eficiente e autorregulado pressupõe uma ética apurada. Quem sonega impostos, obtém informações privilegiadas, pratica concorrência desleal, acaba obtendo vantagens sobre seus concorrentes éticos. A alternativa da distribuição planejada de bens e serviços, com equidade no acesso, esbarra nos racionamentos, tabelamentos, filas e “mercado negro” de gêneros e produtos. O maior dos descontentamentos, segundo Judt, manifesta-se com a descrença das pessoas na política. Constata que os pobres votam em menor número que os outros grupos sociais, sobretudo nos países onde o voto não é obrigatório.

Aponta também que os jovens cada vez mais buscam trabalhos que lhes proporcionem renda e status, sendo que hoje os estudantes ingleses mais brilhantes

direcionam-se para os cursos de MBA em *bussines schools* algo impensável na gerações anteriores. Ao mesmo tempo, os níveis de participação cívica declinam rapidamente em diversos países.

O professor de administração pública da Universidade de Harvard, Robert Putnam, ao tratar do declínio do capital social, em face da cada vez menor participação dos indivíduos nas decisões políticas e atividades coletivas, nota que os teóricos sociais:

captaron una faceta distinta de la misma transformación social fundamental: la modernización. Todos ellos simplificaron, por supuesto, en exceso. Por ejemplo, no hicieron demasiados esfuerzos por distinguir entre las diversas formas de las sociedades tradicionales y de las modernas. (...) No obstante, a pesar de su imprecisión, aquellos teóricos compartían la opinión general de que la descomposición de los vínculos comunitarios es inevitable en las sociedades que se modernizan, y que se deben crear instituciones que llenen ese vacío (Putnam, 2003, p. 23).

No capítulo dois, *O mundo que perdemos* o autor analisa o período do pós-guerra sob os aspectos político e econômico, mostrando que o Plano Marshall desenvolvido pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em contraposição ao Pacto de Varsóvia criou condições particulares para a construção de estados de bem-estar social principalmente na Grã-Bretanha, Itália, França e Bélgica. Nesses países, os governos construíram fortes alianças com as classes médias urbanas e com sindicatos de trabalhadores, vinculando-os com a democracia. Portugal e Espanha estavam “protegidos do comunismo” com Franco e Salazar e não precisaram construir estados de bem-estar social.

Para o autor, a Segunda Grande Guerra acabou com a ideia de “livre mercado” e o planejamento e controle passaram a integrar o ideário dos países capitalistas desde então.

Em *Comunidade, confiança e objetivo comum*, Judt aponta que todos os empreendimentos coletivos exigem confiança. Quando pagamos impostos temos que confiar no governo e no bom uso dos recursos públicos. O autor nota uma certa dificuldade em se tratar do tema “impostos e globalização” dada a dificuldade do cidadão comum de estabelecer nexos entre eles, e pergunta: “Poderíamos esperar que um residente de Omaha em Nebraska [EUA] pagasse de bom grado impostos para construir pontes e rodovias em Kuala Lumpur, a partir do conceito implícito de que seu equivalente malásio faria o mesmo por ele, voluntariamente? Não” (p. 69).

Nos dias atuais, observamos que os alemães não estão dispostos a pagar mais impostos para atender ao Banco Central Europeu (BCE) e fornecer ajuda aos chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) países atualmente em dificuldades econômicas.

Judt é taxativo: “A solidariedade - entre cidadãos e em relação ao Estado – antecedeu as instituições dedicadas ao bem-estar social que lhe deram forma pública” (p.74). Os suecos, finlandeses, dinamarqueses e noruegueses desfrutavam não da propriedade coletiva, mas de sistemas de garantia de proteção coletiva. O autor nos leva a refletir sobre países com pouca população, homogeneidade racial e religiosa, apontando as dificuldades na construção de sistemas de bem estar social, efetivos e funcionais em países de grande dimensão e grande população. Para ele os Estados de bem-estar social não eram obrigatoriamente de inspiração socialista na origem de seus propósitos, como bem mostra o Sistema Nacional de Saúde da Grã-Bretanha.

O terceiro capítulo, *Insustentável leveza da política*, começa com uma crítica, apontando que o consenso social democrata do pós-guerra produziu os piores projetos urbanísticos e habitacionais dos tempos modernos, na Polônia, Suécia, Grã-Bretanha, França e até no Bronx [EUA]. Lembra que ao final dos anos 1960 o *gap* cultural que separava os jovens de seus pais era provavelmente o maior desde o início do século XIX. Para quem nasceu depois de 1945 (*baby boomers*) o Estado de Bem-Estar Social passou a ser visto como um obstáculo, com regramentos e impostos.

O autor cita o que vem a ser um dos paradoxos da meritocracia, apontando que “a geração dos anos 1960 foi acima de tudo o bem sucedido produto dos Estados de bem-estar social sobre os quais despejava seu desprezo juvenil” (p.91).

Embora no período do pós-guerra um consenso Social Democrata na Europa Ocidental foi se firmando, a nova direita com seu ideário baseado no conservadorismo, economia de mercado, pouca regulamentação e democracia representativa, ia ampliando seus espaços.

Friedrick Hayek, austríaco e professor da London School of Economics, que no passado chegou a prever a implantação do fascismo na Grã-Bretanha, caso os trabalhistas vencessem as eleições, defendia como tese que “a interferência nos mecanismos do mercado nos levará a uma ladeira escorregadia que conduz ao totalitarismo” (p. 101) e “quanto menor o Estado mais saudável a sociedade” (p.101).

As mudanças demográficas e políticas, principalmente durante a década de 1980, fortaleciam as teses de Hayek. Valéry Giscard d’Estaing na França, Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos foram os primeiros políticos de direita ou centro-direita que “se arriscaram a romper com o consenso [Social Democrata] do pós-guerra” (p. 95).

Mas, foi apenas após a queda do Muro de Berlim, em 1989, que se forma o “Consenso de Washington” e seu ideário de estado mínimo, privatizações, e estabelecimentos das Parcerias Público-Privadas (PPP’s). A gestão empresarial passou a ser considerada a mais eficaz e os seus modelos e paradigmas deveriam ser incorporados pela gestão pública. Com relação aos serviços ligados ao bem-estar

social, a ordem era otimizá-los, estabelecendo modelos de gestão empresariais e mecanismos de “quase-competição”. Ironicamente nas PPP’s inglesas de gestão de hospitais existia uma cláusula de resguardo que obrigava o governo a bancar prejuízos para evitar a descontinuidade dos serviços.

Aponta o autor que o mais grave na ascensão da cultura empresarial foi a destruição de valores de solidariedade entre classes, gerações, regiões e do Estado: “ao enfraquecer os serviços públicos e reduzi-los a uma rede de fornecedores particulares, começamos a destruir a estrutura do Estado” (p. 116).

Com o subtítulo *O culto do privado*, Judt mostra como os enormes estoques de capital privado, principalmente os patrimônios dos fundos de pensão foram deslocados nos processos de privatização. Nos países escandinavos e nos Estados Unidos a fúria privatizante ocorreu em menor escala do que na Grã-Bretanha. Mas esse movimento vai num crescendo de especulação financeira, e numa espiral de ganhos fáceis e injustificados que explodem na crise das hipotecas imobiliárias dos EUA nas empresas Freddie Mac e Fannie Mae, antigas agências habitacionais governamentais americanas privatizadas nos anos 1970.

No quarto capítulo, *Adeus a tudo isso*, o autor aborda a crise dos anos 1980, o choque do petróleo, e principalmente as mudanças demográficas que determinaram mudanças nos valores da família e da sociedade. Para o autor os anos entre 1989 e 2009 foram como que “consumidos pelos gafanhotos” (p.132). Entretanto, os países asiáticos, que concentravam uma parte imensa da miséria do mundo, apresentaram crescimento espetacular. A América do Sul fez a transição para a democracia e, em alguns casos, conseguiu progressos notáveis em diversas áreas. Houve importantes transformações na economia e a consolidação do projeto europeu (agora ameaçado pela crise do Euro).

No seu entendimento, com o fim do comunismo caíram mais do que uma dúzia de governos repressores e dogmas políticos. Durante dois séculos – desde a revolução francesa, passando por 1917 (Lenin-Rússia) - a esquerda marxista teve uma confiança dogmática de que o futuro seria necessariamente socialista.

Os sociais democratas apresentavam-se como alternativa razoável aos comunistas, porém atualmente na Europa, suas políticas econômicas pouco se diferenciam da implementada pelos conservadores. O autor lembra que os governos progressistas dos anos 1990 foram complacentes com a desregulamentação financeira, e pareceram mesmo deslumbrados com as diversas “bolhas” ocorridas no período.

E, se desde o colapso da esquerda autoritária somos todos democratas, agora o que defendemos? O que nos distingue dos conservadores? Pergunta o autor, lembrando que o capitalismo ou a economia de mercado não é um sistema político e sim um sistema econômico apto a estabelecer várias combinações, com ditaduras, repúblicas, monarquias e regimes de esquerda como a China.

Judt lembra que os operários europeus nos anos 1940 não pagavam impostos, e eram beneficiários dos vários programas de bem-estar social. Porém com a inflação e com os aumentos reais de salários, muitos entraram na faixa de contribuintes e ascenderam à classe média. Enquanto os beneficiários envelheciam seus filhos já entravam no mercado de trabalho como contribuintes.

Além das mudanças demográficas e de perfil social, observou-se também profundas alterações tecnológicas que geraram e geram conflitos sociais. Judt cita como exemplo os maquinistas ferroviários da França que constituíam uma classe diferenciada de trabalhadores na primeira metade do século XX. Exerciam um trabalho penoso e insalubre nas máquinas a vapor, sujeitos às piores condições de trabalho. Aposentavam-se com ganhos generosos aos 50 anos de idade, em geral doentes e com pouca expectativa de vida. Hoje os maquinistas do TGV (trem de alta velocidade) trabalham numa cabine com ar condicionado, sistema de som ambiente, e o mais próximo do trabalho manual que executam é digitar no teclado de computadores e acionarem comandos eletrônicos, mas continuam a se aposentar aos 50 anos.

No quinto capítulo, *O que deve ser feito*, as ideias do autor apontam no sentido de se manter o senso crítico. Lamenta o silêncio instalado nos meios intelectuais com relação à invasão do Iraque e insiste na importância da participação política. “Se deixarmos o desafio da renovação política radical para a classe política existente – aos Blairs e Browns, Sarkozys e Clintons, Bushes e Obamas –, só sofreremos novas decepções” (p.152).

Judt aprofunda a crítica sobre a condição atual das instituições políticas, apontando a queda de credibilidade nos partidos políticos e nos movimentos tradicionais, mostrando, entretanto, um maior engajamento, sobretudo, dos jovens em movimentos globais e setorializados, como por exemplo, o Greenpeace, WWF, Human Rights, Médicos Sem Fronteiras, Anistia Internacional, etc., os quais detêm grande credibilidade perante o público em geral.

Esse capítulo do livro mostra um aspecto interessante: é bastante “conservador”, pois, como diz Judt, na tradição Social Democrata “há muito que conservar”. A “social-democracia defensiva” tem seus méritos, em especial porque a modernidade caracteriza-se pela mudança incessante; além dos objetivos progressistas de combate à desigualdade, a Social Democracia sempre teve uma dimensão de defesa dos mais vulneráveis diante da “destruição criadora” que é a alma do mercado. E há no capítulo, a ideia fundamental do conservadorismo: quebrar é fácil e rápido, montar é difícil e lento. A economia de mercado com *Welfare State* resultou de décadas e décadas de lutas, e, até entrar em crise, produziu resultados muito bons. Abandonar uma ideia que passou no teste da prática é muito arriscado, principalmente no atual cenário econômico e diante da atual correlação de forças.

A *história do Futuro*, sexto capítulo, mostra que a globalização não é um fenômeno tão novo quanto seu nome. Lembra que a crise de 1929 foi uma crise global e não só do capitalismo ou das economias de mercado. Atualmente com o avanço nas comunicações, no comércio mundial e nos transportes, bem como na revolução da informática a globalização, na sua opinião, caracteriza-se por um enfraquecimento dos Estados nacionais.

Nas *Conclusões* do livro o autor tenta apontar o que morreu e resgatar o que sobrevive da Social Democracia. Fala que os sociais democratas precisam aprender a pensar para além das fronteiras dos seus países.

Nesse sentido, uma parte importante do livro, é a tentativa de resgatar certa visão de mundo e de valores da Social Democracia - menos preocupada com a defesa do prestígio e do enriquecimento individual e mais engajada civicamente.

O mal que ronda a terra parece ser o individualismo cada vez mais presente nas sociedades, derivado da submissão da política e de outras dimensões da vida à economia.

Referências bibliográficas

Judt T. *O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Tradução Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Putnam R. *El Declive Del capital social: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2003.

Data de Recebimento: 16/01/2012 Data de aprovação: 03/03/2012 Conflito de Interesse: Nenhum Declarado Fonte de Fomento: Nenhum Declarado
